

Panorama atual do desenvolvimento da Prática de Ensino e dos Estágios Supervisionados do curso de Licenciatura em Ciências Biológicas da Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Current overview of the teaching practice development and supervised apprenticeship in the training course of Biological Sciences of the State University of Western Paraná

*Daniela Frigo Ferraz**

Universidade Estadual do Oeste do Paraná

*Fernanda Aparecida Meglhioratti***

Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Resumo

Considerando a importância da relação entre a teoria e a prática na formação inicial de professores, objetivamos investigar aspectos referentes à Prática de Ensino e ao Estágio Supervisionado no Projeto Político-Pedagógico do curso de Ciências Biológicas–Licenciatura da Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Para a realização dessa investigação, foram analisadas as resoluções 031/2003-CEPE, 329/2006-CEPE, 382/2007-CEPE e 191/2009-CEPE referentes ao Projeto Político-Pedagógico do referido curso. A análise indicou alterações mais significativas entre a resolução 031/2003-CEPE e a resolução 382/2007-CEPE, sendo que esta última apresentou uma compreensão mais afinada com as diretrizes curriculares nacionais e a literatura específica da área de ensino quanto aos aspectos da Prática de Ensino e do Estágio Supervisionado.

PALAVRAS-CHAVE: Estágio Supervisionado, Formação inicial de professores, Ensino de Ciências e Biologia.

Abstract

Considering the importance of the relation between theory and practice in the initial teacher training, we aimed to investigate some aspects related to the teaching practice and the supervised training in the Political Pedagogical Project of the Biological Sciences course-Degree of the State University of Western Paraná (UNIOESTE). For the purposes of the research, the 031/2003-CEPE, 329/2006-CEPE, 382/2007-CEPE and the 191/2009-CEPE resolutions, related to the Political Pedagogical Project of the mentioned course, were analyzed. The analysis pointed out that there are more meaningful changes between the 031/2003-CEPE resolution and the 382/2007-CEPE resolution, once the latter one presented a more refined understanding of the National Curriculum Guidelines (Diretrizes Curriculares Nacionais - DCN) and the specific literature of the teaching area, regarding the aspects of Teaching Practice and Supervised Training.

KEYWORDS: Supervised Training, Initial teacher training, Sciences and Biology Teaching.

Introdução

Ao longo da história do curso de Ciências Biológicas – Licenciatura da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste) – novas configurações para se pensar a Prática de Ensino e os Estágios Supervisionados foram necessárias, tendo em vista as reformulações que foram propostas decorrentes, dentre outros fatores, das demandas das diretrizes curriculares nacionais para os cursos de formação de professores, mais especificamente das resoluções do Conselho Nacional de Educação/CNE, Conselho Pleno/CP. Nessa direção, o artigo aqui apresentado analisa a configuração dos componentes curriculares “Prática de Ensino” e “Estágio Supervisionado” do curso de Licenciatura em Ciências Biológicas da Unioeste e os impactos das demandas curriculares nacionais para esse curso.

É importante que se discuta a formação docente no que se refere a sua preparação para trabalhar com situações do mundo contemporâneo e com a diversidade do contexto escolar. Nesse sentido, partimos do pressuposto que é imprescindível a inserção dos licenciandos nas escolas de Educação Básica já no começo de sua formação inicial, rompendo com o modelo de formação anterior, que ficou conhecido no meio educacional como “3+1”, de modo que possam, de fato, relacionar o saber teórico-prático a partir da realidade do contexto escolar. Considerando a fundamental relação entre a teoria e a prática, que deve permear a formação inicial de professores, questionamo-nos: quais são as melhores formas de inserir o licenciando nas realidades escolares no início de um curso de licenciatura? Que configurações e adaptações se fazem necessárias no currículo do curso para que isso seja viável? De que forma esse tempo maior de convívio na realidade escolar pode ser maximizado/voltado para um processo constante de reflexão-ação-reflexão sobre a relação teórico-prática do processo ensino-aprendizagem de Ciências e Biologia? No trabalho aqui apresentado pretendemos apontar algumas configurações que se têm estabelecido durante o Estágio Supervisionado e a Prática de Ensino decorrentes de uma investigação no interior do curso de licenciatura no qual atuamos, de modo a visualizar os limites e possibilidades ao longo do período analisado para esses componentes curriculares cumprirem o seu papel na formação inicial de professores e na articulação universidade e escolas de Educação Básica.

Sabemos que um dos fatores limitantes para promover uma qualificação docente maior durante os cursos de formação de professores diz respeito à falta de articulação entre a universidade e a escola. Nesse sentido, Villani, Pacca e Freitas (2009) argumentam que deveria haver um esforço conjunto da universidade, dos departamentos de educação e da escola para implementar as Diretrizes Curriculares Nacionais e políticas para a profissionalização dos professores. A colaboração efetiva entre as escolas e as universidades permitiria a inserção adequada dos professores em formação inicial no ambiente escolar. Ela também levaria à valorização da prática cotidiana como lugar de construção de saberes, mediante a análise crítica dessas práticas e da resignificação das teorias por meio dos conhecimentos da prática. Assim, a prática de ensino, presente nos

anos iniciais dos cursos de licenciatura e o estágio supervisionado são espaços-tempo propícios para se estreitar a articulação entre a universidade e as escolas de Educação Básica. Tal experiência possibilita, também, o exercício de uma reflexão sobre e na prática, fundamentada teoricamente, para contribuir à formação e à profissionalização docente.

O Estágio Supervisionado e a Prática de Ensino na formação de professores

A preocupação com a formação de professores contempla questões tais como: a relação entre teoria e prática, os saberes que os professores possuem e que orientam sua prática pedagógica e quais fundamentos e teorias de aprendizagem emergem em determinadas práticas pedagógicas (BASTOS; NARDI, 2008; TARDIF, 2002; NARDI, 2005). Na relação estabelecida entre a teoria e a prática nos cursos de formação de professores de Ciências e Biologia, um momento privilegiado é o do Estágio Supervisionado. Este consiste de um conjunto de atividades de formação realizado sob a supervisão de docentes da instituição formadora e acompanhado por profissionais do ambiente escolar. O estágio curricular supervisionado supõe uma relação pedagógica entre alguém que já é um profissional reconhecido em um ambiente institucional de trabalho e um aluno estagiário. Tal contato oferece ao licenciando um conhecimento da realidade diretamente vivenciado em unidades escolares dos sistemas de ensino. Ele é, também, a oportunidade de acompanhar alguns momentos da vida escolar, tais como: a elaboração do projeto pedagógico, da matrícula, da organização de turmas e do tempo e espaços escolares, relacionando-se, assim, a teoria com a prática (LONGUINI; NARDI, 2004).

O Estágio Supervisionado configura-se, portanto, como um momento de troca entre a universidade e a escola básica, no qual os alunos em formação inicial levam discussões atuais para o âmbito escolar ao mesmo tempo em que os professores da escola básica contribuem para o aprendizado do aluno em formação mediante suas experiências e saberes construídos no contexto escolar. No espaço-tempo do Estágio Supervisionado deve se associar os conhecimentos sistematizados – relacionados às disciplinas específicas – com os conhecimentos sistematizados que estão relacionados às disciplinas pedagógicas, unidos ao conhecimento da realidade escolar. Nesse contexto, Althaus e Godoy (2008) afirmam que, na formação inicial do professor, para que ocorra a transição de aulas “assistidas” – enquanto alunos – para aulas planejadas e construídas – enquanto professores – é necessário o esforço articulado de todas as disciplinas do currículo acadêmico.

Uma das críticas frequentemente realizadas em relação à formação de professores diz respeito ao fato de que os conteúdos trabalhados nas disciplinas específicas são vistos de forma desvinculada da prática pedagógica. Além disso, os conhecimentos pedagógicos, muitas vezes, são trabalhados apenas nos últimos anos dos cursos de licenciaturas. As discussões sobre a articulação entre

conhecimentos de áreas específicas – tais como Biologia, Física e Química – e conhecimentos pedagógicos acabaram por reivindicar um novo modo de se pensar a formação de professores. Isso possibilitou a emergência de diretrizes curriculares para a formação de professores em nível superior. Nesse contexto, o Conselho Nacional de Educação instituiu, em 2002, um conjunto de princípios, fundamentos e procedimentos a serem observados na organização institucional e curricular para a formação de professores (NARDI, 2005). Essas legislações – por exemplo, as resoluções CNE 1/2002 e CNE 2/2002 – determinaram que os cursos de licenciatura desenvolvessem atividades práticas e teóricas, relacionadas ao exercício da docência do futuro professor, com mais ênfase do que vinha sendo a regra nos cursos em vigor até então. Também foi destinada uma maior carga horária para a Prática de Ensino e o Estágio Supervisionado, como indicado na resolução CNE/CP 2/2002, de 19 de fevereiro de 2002. Essa resolução propõe 400 horas de Prática como componente curricular, vivenciadas ao longo do curso, e 400 horas para o Estágio Curricular Supervisionado, a partir do início da segunda metade dos cursos de licenciatura (BRASIL, 2002).

É importante salientar que, apesar das alterações propostas pela legislação e da importância do Estágio Supervisionado, muitas vezes, há um distanciamento entre a teoria e a prática durante as atividades iniciais de docência (ALTHAUS; GODOY, 2008). Nesse contexto, muitos alunos não conseguem identificar a relação existente entre as teorias pedagógicas com aquilo que ocorre em sala de aula. Essa situação tem sido explicada por diferentes motivos. Um deles é que, mesmo estudando disciplinas de cunho pedagógico, quando os alunos de licenciatura não se envolvem na área de ensino (por meio de pesquisas, ensino e/ou extensão), não se identificam como futuros professores. Outro motivo é que as disciplinas específicas de Biologia não se comunicam com os conhecimentos pedagógicos e, muitas vezes, as disciplinas pedagógicas não mostram como os conhecimentos podem ser recontextualizados. Essa realidade faz com que exista um abismo entre os dois domínios do conhecimento. Há ainda outro fator para que a influência das disciplinas pedagógicas não se reflita nas práticas docentes e esse diz respeito ao fato de que o professor traz muito da sua experiência como aluno para a sala de aula, além de pensar que se aprende a ensinar apenas pela experiência (PIMENTA; LIMA, 2004; PIMENTA, 2012).

Diante desse quadro, podemos nos questionar como o estágio deve ocorrer para superar os obstáculos na formação do professor. O primeiro ponto a ser ressaltado é a busca de formas plausíveis de desenvolver as práticas como componentes curriculares nas diferentes disciplinas pedagógicas e específicas ao longo do curso. Quanto ao momento do estágio, é importante destacar a função do próprio orientador/supervisor da universidade. O professor orientador é responsável por auxiliar seus alunos na condução da reflexão sobre a prática. Uma estratégia que tem sido usada em algumas pesquisas para estimular a reflexão é a filmagem de algumas aulas dos alunos e, subsequentemente, sua discussão pelos colegas e professor orientador (ALTHAUS; GODOY, 2008; CAMARGO; NARDI, 2005). No entanto, mesmo que não seja realizada a filmagem das aulas, é importante que o orientador observe as aulas dos alunos que estejam sob sua

responsabilidade e busque estabelecer uma reflexão conjunta não apenas com o aluno, mas também procurando inserir o professor regente da escola de Educação Básica, que acompanha o aluno, nessa discussão. Algumas pesquisas (COMIS; CHAVES, 2006; BARCELOS; VILLANI, 2006) têm apontado que muitas das dificuldades no desenvolvimento do estágio estão associadas à inexistência de uma colaboração efetiva entre os pares. A proposta para a superação dessa dificuldade é a formação de grupos de trabalhos entre estagiários, professor regente, orientador de estágio e direção escolar como forma de viabilizar tanto a formação inicial quanto a continuada. Outro ponto que pode facilitar o envolvimento do futuro professor com a profissão e com a área de ensino de ciências é a participação dos alunos em grupos de pesquisas na universidade e em projetos de pesquisa e extensão. Também a elaboração de pequenos “projetos de investigação” pode estar associada à própria disciplina de Estágio Supervisionado.

A Prática de Ensino e o Estágio Supervisionado de Ciências e Biologia no curso de Licenciatura em Ciências Biológicas da Unioeste no período de 2003-2010

Para a análise dos componentes curriculares referentes à Prática de Ensino e ao Estágio Supervisionado utilizamos, como critério de escolha, o período de 2003-2010. Dentro desse período fizemos também a análise dos Projetos Político-Pedagógicos (PPPs) do curso de Ciências Biológicas – Licenciatura da Unioeste/*Campus* de Cascavel, já que se trata do momento posterior a promulgação das resoluções do Conselho Nacional de Educação. Foram objetos de análise as seguintes resoluções do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da Unioeste(CEPE): 031/2003-CEPE; 329/2006-CEPE; 382/2007-CEPE; e 191/2009-CEPE. Trata-se, portanto, de uma análise documental (LUDKE; ANDRÉ, 1986), que é um dos instrumentos utilizados nas abordagens qualitativas (FLICK, 2009; PATTON, 2002). Os aspectos essenciais da pesquisa qualitativa consistem na escolha adequada de métodos e teorias convenientes; no reconhecimento e na análise de diferentes perspectivas; nas reflexões dos pesquisadores a respeito de suas pesquisas como parte do processo de produção de conhecimento; e na variedade de abordagens e métodos (FLICK, 2009).

Análise do Projeto-Político Pedagógico na resolução 031/2003-CEPE

A resolução de número 031/2003-CEPE aprovou o Projeto Político-Pedagógico (PPP) do curso de Ciências Biológicas na modalidade Licenciatura. Nesse projeto, a Prática de Ensino e o Estágio Supervisionado estão incluídos no quadro de desdobramentos das áreas/matérias como disciplinas de formação diferenciada. A Prática de Ensino está organizada em oito disciplinas, totalizando 612 horas, que são descritas no Quadro 1.

Quadro 1

Componente Curricular	Disciplinas	Carga Horária
Prática de Ensino	- Teoria e prática de ensino de Ciências e Biologia	170
	- Política educacional brasileira	34
	- Metodologia do ensino de Ciências	68
	- Metodologia do ensino de Biologia	68
	- Psicologia da educação	68
	- Didática e instrumentação para o ensino de Ciências	68
	- Didática e instrumentação para o ensino de Biologia	68
	- Saúde do escolar	68
	Total	612

Conforme se verifica nesse quadro, algumas disciplinas de formação didático-pedagógica são consideradas como disciplinas de Prática de Ensino: política educacional brasileira, metodologia do ensino de Ciências, metodologia do ensino de Biologia, psicologia da educação, didática e instrumentação para o ensino de Ciências e Biologia e saúde do escolar. Considera-se que houve confusão em referenciar essas matérias no quadro de disciplinas de Prática de Ensino, já que aqui se considera a prática de ensino como um período complementar ao Estágio Supervisionado, fase em que o aluno, necessariamente, desenvolve uma etapa de “exercício direto *in loco*, seja pela presença participativa em ambientes próprios de atividades daquela área profissional, sob a responsabilidade de um profissional já habilitado” (BRASIL, 2001a).

Isso não significa, no entanto, que nas disciplinas didático-pedagógicas, e também nas demais disciplinas específicas, não deva ocorrer a Prática como componente curricular, que é definida como “uma dimensão do conhecimento, que tanto está presente nos cursos de formação nos momentos em que se trabalha na reflexão sobre a atividade profissional, como durante o estágio nos momentos em que se exercita a atividade profissional” (BRASIL, 2001b). Entendemos que, na tentativa de complementar a carga horária necessária para compor a Prática como componente curricular – definida pela resolução CNE/CP 02/2002 –, tenha-se procurado complementar a carga horária necessária com disciplinas didático-pedagógicas, denominando-as como Prática de Ensino. Percebemos que estas disciplinas poderiam integrar elementos da Prática como componente curricular, mas elas não se configuram enquanto Prática de Ensino tal qual definimos no presente artigo.

Dois equívocos ocorrem ao considerar as disciplinas didático-pedagógicas como Prática de Ensino, sendo que somente a disciplina de teoria e prática de ensino de Ciências e Biologia tem a característica de tal componente curricular. Isso pode ser verificado na ementa dessa disciplina: “Tópicos do ensino de Ciências e Biologia; Modalidades de ensino; Reconhecimento da

estrutura escolar; Observação do processo ensino-aprendizagem; Pesquisa em ensino” (PPP, 2003. p. 44). Aqui se verifica a presença de períodos em que o acadêmico irá, necessariamente, participar de atividades no contexto escolar, seja reconhecendo sua estrutura e funcionamento, seja observando o processo de ensino-aprendizagem. Isso é o que caracteriza, portanto, o exercício direto *in loco*. O segundo equívoco diz respeito a ideia de considerar a Prática de Ensino da mesma forma que a Prática como componente curricular, já que, segundo Brasil (2001a), é necessário distinguir a Prática como componente curricular da Prática de Ensino e o Estágio Supervisionado, sendo que a primeira é mais abrangente.

Outra explicação possível para o agrupamento dessas disciplinas, segundo justificativa constante do PPP analisado no item “concepção, finalidades e objetivos”, diz respeito à organização das mesmas em torno do eixo denominado disciplinas de formação diferenciada, afirmando que “a parte da formação diferenciada, no caso da licenciatura, esteja incluída ao longo de todo o curso, e não em compartimentos onde o aluno seja direcionada (sic) para sua profissionalização apenas no último ano de curso” (PPP, 2003. p. 08). Nesse caso, a concepção está correta, já que, atualmente, segundo autores como Terrazzan (2007, p. 161), “a tradição dos cursos de licenciatura que deixava para os últimos semestres o contato do futuro professor com os espaços típicos de atuação profissional, em particular, as unidades escolares, não encontra mais defensores”. No entanto, a inclusão das disciplinas didático-pedagógicas como disciplinas de Prática de Ensino expõe uma compreensão inadequada de Prática de Ensino.

Quanto ao Estágio Supervisionado, na referida resolução, ele está distribuído em duas disciplinas, totalizando 408 horas, conforme descrito no Quadro 2.

Quadro 2 – Disciplinas que compõem o Estágio Supervisionado, conforme resolução número 031/2003- CEPE.

Componente Curricular	Disciplinas	Carga Horária
Estágio Supervisionado	- Estágio Supervisionado em Ciências	204
	- Estágio Supervisionado em Biologia	204
	Total	408

Na resolução 031/2003-CEPE encontra-se, ainda, a descrição e/a caracterização do Estágio Supervisionado, explicitando a forma e as cargas horárias nas quais o estágio é concretizado:

O Estágio Supervisionado será realizado na terceira série na área de Ciências para o Ensino Fundamental, sendo composto de: 40 horas para desenvolvimento do projeto co-curricular junto às escolas, 30 horas de observação, 40 horas de participação, 30 horas de preparação das aulas e 64 horas de regência. O Estágio Supervisionado tem a finalidade de efetivar a presença do acadêmico em sala de aula, permitindo ao mesmo estar inserido

e ambientado ao ambiente e normas das escolas, e ser um agente de transformação para a melhoria da qualidade do ensino da instituição a que estiver inserido. (RESOLUÇÃO 031/2003-CEPE)

Nessa descrição, percebemos que somente se faz referência ao estágio de Ciências, sendo que o estágio de Biologia não é mencionado. Além disso, o estágio de Ciências é citado na terceira série do curso, contradizendo o quadro anual de distribuição, no qual ele está inserido na quarta série (Quadro 3). Além da tradicional divisão nas etapas de estágios de observação, participação e regência (KRASILCHIK, 2008), encontra-se também uma carga horária destinada ao desenvolvimento do chamado “projeto co curricular junto às escolas”. Esse se trata de um acompanhamento de projetos existentes na escola. Desse modo, os alunos auxiliam no seu desenvolvimento, ou propõem alguma atividade diferenciada, como uma aula prática, uma oficina, a organização do laboratório, entre outros. Além disso, há, ainda, uma carga horária destinada para o planejamento das aulas.

No Quadro 3 podemos observar a distribuição anual das disciplinas de Prática de Ensino e Estágio Supervisionado. A Prática de Ensino (representada pela disciplina de Teoria e Prática de Ensino de Ciências e Biologia) é complementar ao Estágio Supervisionado, pois entendemos que o PPP atende à resolução CNE/CP 02, de 2002, quanto à inserção do Estágio Curricular Supervisionado a partir da segunda metade do curso. Entretanto, notamos que, entre a disciplina de Teoria e Prática de Ensino e as disciplinas de Estágio Supervisionado, há um hiato – correspondente ao terceiro ano do referido curso –, quanto à inserção do aluno no contexto da escola de Educação Básica. Outro aspecto observado é em relação à distribuição dos Estágios Supervisionados concentrados em um único semestre. Consideramos inapropriada tal concentração devido à elevada carga horária de cada disciplina e mesmo em relação ao acompanhamento das diferentes fases do estágio dos alunos pelos supervisores/orientadores, uma vez que o grande número de alunos nas escolas, em um único semestre, sobrecarrega tanto as escolas como os supervisores/orientadores.

Quadro 3 – Distribuição anual das disciplinas, segundo resolução 031/2003-CEPE.

Disciplinas	Ano/Semestre										
	1		2		3		4		5		
	1º	2º	1º	2º	1º	2º	1º	2º	1º	2º	
Teoria e prática de ensino em Ciências e Biologia			x	x							
Estágio Supervisionado em Ciências								x			
Estágio Supervisionado em Biologia											x

É interessante ressaltar ainda que, em 2003, ocorreu a separação da modalidade Bacharelado e Licenciatura desde o início do curso. Até então eram oferecidos 40 vagas iniciais para cada modalidade e o aluno deveria optar, no terceiro ano, por uma das modalidades. Além disso, o curso de Licenciatura passou a ser ofertado no período noturno, com a duração de cinco anos e não mais quatro anos. Consideramos importante tal separação, tendo em vista que são cursos distintos, com características próprias, apresentando cada um as suas especificidades e finalidades. Tal separação só ocorreu devido às definições contidas nas diretrizes curriculares do Ministério da Educação. Uma evidência para tal ação é indicada na seguinte afirmativa:

[...] assim, se fosse mantida a situação o curso com a opção entre licenciatura e bacharelado somente na terceira série, além de não estar sendo acatadas as diretrizes curriculares do MEC, não estaríamos providenciando a vivência do acadêmico no ambiente escolar desde o início do curso. (RESOLUÇÃO 031/2003-CEPE)

Apesar da separação dos cursos, não houve, na época, a separação dos colegiados. Tal medida está ocorrendo somente no momento atual, no qual se verifica que há um longo percurso a ser trilhado. No entanto, este é um caminho necessário, em nossa concepção, para que, de fato, os cursos tenham características mais específicas tanto para a formação do licenciado como para a do bacharel.

Análise do Projeto Político – Pedagógico na resolução 329/2006-CEPE

No ano de 2006, encontra-se a resolução de número 329/2006-CEPE, que aprova alterações no PPP do curso de Ciências Biológicas-Licenciatura. Não se evidenciam maiores alterações na estrutura, funcionamento e carga horária dos componentes curriculares aqui analisados, mantendo-se a Prática de Ensino e o Estágio Supervisionado praticamente como na resolução anterior.

Análise do Projeto Político – Pedagógico na resolução 382/2007-CEPE

No ano de 2007, encontra-se nova resolução que aprova a alteração do PPP do curso de Ciências Biológicas-Licenciatura, a resolução de número 382/2007-CEPE. Nessa nova resolução, no quadro de desdobramentos das áreas/matérias em disciplinas de formação diferenciada somente o componente curricular Prática de Ensino faz parte desse item, estando organizado com dez disciplinas, totalizando 663 horas e não 629, conforme descrito no PPP (Quadro 4).

Quadro 4 – Disciplinas que compõem a Prática de Ensino, conforme resolução número 382/2007- CEPE

Componente Curricular	Disciplinas	Carga Horária
Prática de Ensino	- Teoria e prática de ensino de Ciências e Biologia I	68
	- Teoria e prática de ensino de Ciências e Biologia II	68
	- Política educacional brasileira	68
	- Metodologia do ensino de Ciências	68
	- Metodologia do ensino de Biologia	68
	- Psicologia da educação	51
	- Didática e instrumentação para o ensino de Ciências	68
	- Didática e instrumentação para o ensino de Biologia	68
	- Saúde do escolar	68
	- Libras	68
	Total	663

Percebemos que ainda não ocorre uma diferenciação entre disciplinas didático-pedagógicas e Prática de Ensino nessa nova versão do PPP, o que muda aqui é a inclusão de uma disciplina que não existia até então, a disciplina de libras e ainda a divisão da disciplina de Teoria e Prática em duas disciplinas, Teoria e Prática do ensino de Ciências e Biologia I e II, com 68 horas cada e não mais uma única disciplina com 170 horas.

Quanto ao componente curricular Estágio Supervisionado, é mantida a carga horária anterior, ou seja, 408 horas, distribuída em duas disciplinas, conforme já ocorria anteriormente, nas disciplinas de Estágio Supervisionado de Ciências (204 horas) e Estágio Supervisionado de Biologia (204 horas). A diferença é que esse componente curricular não consta mais do desdobramento das áreas/matérias em disciplinas de formação diferenciada e sim de forma individual.

Nessa resolução, o estágio é descrito e caracterizado da seguinte forma:

O Estágio Supervisionado em Ciências e Biologia – modalidade Licenciatura – é o momento utilizado para a concretização da prática educativa em suas diferentes dimensões, e objetiva oportunizar ao licenciando a vivência de diferentes situações reais do processo de ensino e aprendizagem de Ciências e Biologia. O Estágio Supervisionado é realizado no quarto ano em Ciências e no quinto ano em Biologia. Ambos ocorrem nas seguintes etapas: a) fundamentação teórica; b) elaboração e apresentação de plano de atividades de estágio; c) ambientação; d) participação; e) planejamento e regência de classe; f)

elaboração de artigo de projeto investigativo, ou relatório de estratégia didático-metodológica desenvolvida ou do projeto desenvolvido na unidade escolar e g) elaboração e entrega do relatório final. As demais características do estágio estarão descritas em regulamento próprio. (RESOLUÇÃO 382/2007-CEPE)

Aqui a forma de funcionamento dos dois estágios é descrita de forma breve, pois, para maiores aprofundamentos, é referenciada a existência de regulamento próprio. É interessante notar que, além de todas as fases descritas no PPP de 2003, têm-se, nesse momento, a preocupação com a elaboração de artigo a partir do desenvolvimento de um projeto de investigação. Consideramos que esse é um avanço para o desenvolvimento do estágio, já que com isso há a preocupação de que se tenha uma reflexão sistematizada sobre aspectos relativos ao desenvolvimento desse período na realidade escolar por meio de um processo investigativo.

No quadro de distribuição anual das disciplinas, verificamos a seguinte distribuição (Quadro 5) para as disciplinas de Prática de Ensino e Estágio Supervisionado.

Quadro 5 – Distribuição anual das disciplinas, segundo resolução 382/2007- CEPE

Disciplinas	Ano/Semestre									
	1		2		3		4		5	
	1º	2º	1º	2º	1º	2º	1º	2º	1º	2º
Teoria e prática de ensino em ciências e biologia I				x						
Teoria e prática de ensino de ciências e biologia II					x					
Estágio Supervisionado em Ciências							x	x		
Estágio Supervisionado em Biologia									x	x

Percebemos no presente PPP que a transição das disciplinas de Prática de Ensino e Estágio Supervisionado ficam melhor distribuídas, já que estão organizadas do segundo ao quinto ano sem ocorrer uma interrupção, como acontecia no PPP de 2003. Essa alteração oportuniza uma continuidade da inserção do aluno no contexto da escola de Educação Básica. Houve uma preocupação com a transição dos projetos de investigação que ocorrem no segundo ano, na disciplina de Teoria e Prática de Ensino de Ciências e Biologia I e a sua implementação na disciplina de Teoria e Prática de Ensino de Ciências e Biologia II. Para isso, a primeira disciplina ficou alocada no segundo semestre do segundo ano e a segunda disciplina no primeiro semestre do terceiro ano. Isso possibilita que, nas disciplinas de estágio (ao longo do quarto e quinto ano e não mais em um único semestre de

cada ano), as mesmas atividades de investigação possam ser retomadas ou novos projetos possam ser construídos. O importante é o enfoque que se dá, mais uma vez, na reflexão e investigação, conforme salientam autores como Pimenta e Lima (2004), ao afirmar que a pesquisa deve ser um eixo necessário à realização do estágio para que ele seja capaz de superar seu modelo tradicional baseado na prática instrumental.

Outro aspecto interessante a ser destacado nesse PPP é a existência de uma carga horária própria em algumas disciplinas do curso (não só didático-pedagógicas, mas também as demais disciplinas específicas) destinadas à Prática como Componente Curricular (PCC). Esse componente curricular perfaz um total de 400 horas, distribuídas desde o primeiro até o último ano do curso. Consideramos que há um entendimento maior durante a formulação desse PPP de como deve funcionar a Prática como Componente Curricular (PCC), ou seja, conforme prevê a resolução CNE/CP 2 de 2002.

Análise do Projeto Político – Pedagógico na resolução 191/2009-CEPE

A resolução 191/2009-CEPE altera, parcialmente, a resolução 382/2007-CEPE, esta nova resolução apenas incide sobre o quadro de equivalência entre disciplinas dos diferentes PPPs, não alterando aspectos curriculares discutidos neste artigo.

Considerações finais

Na análise referente à Prática de Ensino e ao Estágio Supervisionado como componentes curriculares dos Projetos Político – Pedagógicos do Curso de Ciências Biológicas – Licenciatura da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, no período de 2003 a 2007, percebemos alterações significativas entre a resolução 031/2003-CEPE e a resolução 382/2007-CEPE. Esta última apresenta uma compreensão mais afinada com aquelas das diretrizes curriculares nacionais e a literatura específica da área de ensino quanto aos aspectos da Prática de Ensino e Estágio Supervisionado. Isso ocorre ao se considerar os seguintes pontos: 1) melhor distribuição da carga horária referente à Prática de Ensino, ao se considerar a continuidade ao longo dos anos existente nas disciplinas Teoria e Prática de Ensino de Ciências e Biologia I (segundo ano do curso), Teoria e Prática de Ensino de Ciências e Biologia II (terceiro ano do curso), Estágio Supervisionado de Ciências (quarto ano do curso) e Estágio Supervisionado de Biologia (quinto ano do curso); 2) a inserção da Prática como Componente Curricular compoendo o quadro de disciplinas específicas e pedagógicas do primeiro ao último ano do curso – ainda que o formato adotado possa ter algumas limitações ao inserir esse componente curricular em disciplinas específicas, pois, muitas vezes, não há uma formação pedagógica entre esses profissionais para lidar com as questões relativas à sala de aula no contexto da Educação Básica; 3) a inserção de atividades investigativas e elaboração de artigos de pesquisa vinculados às atividades do Estágio Supervisionado Curricular.

Apesar dos avanços observados no Projeto Político – Pedagógico do curso analisado, destacamos que ainda é necessária uma maior delimitação e compreensão do que é Prática de Ensino. Defendemos aqui que essa deve estar estreitamente vinculada à inserção dos graduandos nas escolas de Educação Básica, estando, portanto, delimitada às disciplinas que tenham essa configuração. Desse modo, consideramos inadequada a inclusão de disciplinas de cunho pedagógico, mas que não promovam essa inserção no contexto da Educação Básica como Prática de Ensino nos PPPs investigados. Assim, cabe ressaltar a importância do diálogo com as diretrizes curriculares nacionais, a literatura da área de ensino e entre os professores que compõem o colegiado do curso de Ciências Biológicas – Licenciatura sobre aspectos da diferenciação entre Prática de Ensino, Prática como Componente Curricular e disciplinas pedagógicas específicas à formação do licenciado.

Referências

- ALTHAUS, M. T. M.; GODOY, M. T. Aulas para turmas-piloto: interfaces em didática e estágio supervisionado em biologia. In: **Olhar do professor**, v. 11, n. 2, Ponta Grossa, 2008. Disponível em: <<http://www.uepg/olhardoprofessor>> Acesso em: 7 de ago. 2010.
- BARCELOS, N. N. S.; VILLANI, A. Troca entre universidade e escola na formação docente: uma experiência de formação inicial e continuada. **Ciência e Educação**, v. 12, n. 1, p. 73-97, 2006.
- BASTOS, F.; NARDI, R. Debates recentes sobre formação de professores: considerações sobre contribuições da pesquisa acadêmica. In: **Formação de professores e práticas pedagógicas no ensino de ciências**: contribuições da pesquisa na área. São Paulo: Escrituras, 2008.
- BRASIL, Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE/CP 28/2001. Brasília: Ministério da Educação, 2001a.
- BRASIL, Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE/CP 9/2001. Brasília: Ministério da Educação, 2001b.
- BRASIL, Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CP 2/2002. Brasília: Ministério da Educação, 2002.
- BRASIL, Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CP 1/2002. Brasília: Ministério da Educação, 2002.
- CAMARGO, S.; NARDI, R. Formação inicial de professores de física: interpretando as marcas de referenciais teóricos no discurso de licenciandos. In: **Simpósio Nacional de Ensino de Física**, 16., 2005, Rio de Janeiro. Anais... Rio de Janeiro: SNEF, 2005, p. 1-4.
- CONSELHO DE ENSINO PESQUISA E EXTENSÃO, UNIOESTE. Resolução 031/2003-CEPE.
- CONSELHO DE ENSINO PESQUISA E EXTENSÃO, UNIOESTE. Resolução 329/2006-CEPE.
- CONSELHO DE ENSINO PESQUISA E EXTENSÃO, UNIOESTE. Resolução 382/2007-CEPE.
- CONSELHO DE ENSINO PESQUISA E EXTENSÃO, UNIOESTE. Resolução 191/2009-CEPE.

COMIS, J. E. J; CHAVES, T. V. Investigando possibilidades de tutoria escolar no estágio curricular supervisionado na cidade de Santiago/RS. **Vivência**. Erechim, v. 1, n. 3, p. 44-53, 2006.

FLICK, U. **Introdução à pesquisa qualitativa**. Trad.: Joice Elias Costa. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

KRASILCHIK, M. **Prática de Ensino de Biologia**. 4. ed. São Paulo: Editora da universidade de São Paulo, 2008.

LONGUINI, M. D.; NARDI, R. A prática reflexiva na formação inicial de professores de Física: análise de uma experiência. In: NARDI, R.; BASTOS, F; DINIZ, R. E. S. (Orgs.). **Pesquisas em ensino de ciências: contribuições para a formação de professores**, v. 5, São Paulo: Escrituras, 2004.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo, EPU, 1986.

NARDI, R. A educação em ciências, a pesquisa em ensino de ciências e a formação de professores no Brasil. ROSA, M. I. P (Org.). **Formar: encontros e trajetórias com professores de ciências**. São Paulo: Escrituras, 2005.

PATTON, M. Q. **Qualitative research and evaluation methods**. 3. ed. London: Sage Publications, 2002.

PIMENTA, S. G. **O estágio na formação de professores: Unidade teoria e prática?** 11. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

PIMENTA, S. G.; LIMA, M. S. L. **Estágio e Docência**. São Paulo: Cortez, 2004.

TARDIF, M. Os professores enquanto sujeitos do conhecimento: subjetividade prática e saberes do magistério. In: CANDAU, V. (Org.). **Didática, currículo e saberes escolares**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

TERRAZZAN, E. A. Inovação escolar e pesquisa sobre formação de professores. In: NARDI, R. (Org.). **A pesquisa em ensino de ciências no Brasil: alguns recortes**. São Paulo: Escrituras, 2007.

VILLANI, A.; PACCA, J. L. de A.; FREITAS, D. de. Science teacher education in Brazil: 1950-2000. In: **Sci & Education**, v. 18, n. 1, p. 125-148, 2009.

* **Daniela Frigo Ferraz** – Professora da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste). Cascavel, Paraná – Brasil.

** **Fernanda Aparecida Meglhioratti** – Professora Doutora da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste). Cascavel, Paraná – Brasil.

Correspondência

Daniela Frigo Ferraz – Rua Universitária, 2069, Jardim Universitário, CEP: 85819110 – Cascavel, Paraná – Brasil.

E-mail: dfrigoferraz@gmail.com – meglhioratti@gmail.com

Recebido em 10 de dezembro de 2012

Aprovado em 28 de fevereiro de 2013